

COMANDO DA AERONÁUTICA



22 JUN 2001

ICA 33-14

COMANDO DA AERONÁUTICA

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL



RECRUTAMENTO

22 JUN 2001

ICA 33-14

22 JUN 2001

ICA 33-14



COMANDO DA AERONÁUTICA

SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL

Portaria VII COMAR n.º 006 de 22 Junho de 2001.

Aprova as Instruções Regionais de Convocação para o Serviço Militar Inicial, na área do Sétimo Comando Aéreo Regional, em 2002.

O COMANDANTE DO SÉTIMO COMANDO AÉREO REGIONAL, de acordo com o item 3 e sub-item 3.9.1 das Instruções Complementares de Convocação para o Serviço Militar Inicial na Aeronáutica, para 2002, aprovadas pela Portaria DIRAP n.º 810/DSM, de 20 MAR 2001,

RESOLVE:

## SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	4
1.1	<u>FINALIDADE</u> .....	4
1.2	<u>LEGISLAÇÃO</u> .....	4
2	ALISTAMENTO.....	6
2.6	<u>DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA</u> .....	6
2.7	<u>LIMITE DE VALIDADE INICIAL DO CAM</u> .....	6
2.9	<u>SELEÇÃO DE TRIAGEM</u> .....	6
3	RECRUTAMENTO.....	7
3.1	<u>CONVOCAÇÃO</u> .....	7
3.2	<u>SELEÇÃO GERAL</u> . ....	7
3.2.7	<u>ASPECTOS A SEREM OBSERVADOS NA SELEÇÃO</u> .....	8
3.3	<u>COMISSÃO DE SELEÇÃO</u> .....	9
3.3.7	<u>COMISSÃO DE SELEÇÃO ESPECIAL</u> .....	10

22/JUN/2001

ICA - 33-14

## 1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

### 1.1 FINALIDADE

A presente Instrução tem por finalidade regular a execução do Recrutamento para o Serviço Militar Inicial no ano de 2002, pelos Órgãos do Serviço Militar (OSM), no âmbito do Sétimo Comando Aéreo Regional.

### 1.2 LEGISLAÇÃO

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 OUT 1988;

Lei n. ° 4.375, de 17 AGO 1964 (Lei do Serviço Militar), com as modificações da Lei n. ° 4.754, de 18 AGO 1965, e dos Decretos-lei n. ° 549, de 24 ABR 1969, n. ° 715, de 30 JUL 1969, n. ° 899, de 29 SET 1969 e n. ° 1.786, de 20 MAIO de 1980;

Lei n. ° 5.292, de 08 JUN 1967 (Lei de Prestação do Serviço Militar pelos Estudantes de Medicina, Farmácia, Odontologia e Veterinária e pelos Médicos, Dentistas, Farmacêuticos e Veterinários), com as modificações da Lei n. ° 5.399, de 20 MAR 1968,

22 JUN 2001

ICA 33-14

Forças Armadas);

5

Decreto n. ° 66.949, de 23 JUL 1970 (IGCCFA - Instruções Gerais para a Coordenação da Conscrição, nas Forças Armadas);

Decreto n. ° 74.475, de 29 AGO 1974 (Extinção do Quadro de Oficiais Veterinários);

Decreto n. ° 2.407, de 27 NOV 1997 (Plano Geral de Convocação para o ano de 1999 - PGC - 99);

Decreto n.º 2.937, de 11 JAN 1999 ( Plano Geral de Convocação - PGC 2000);

Portaria EMFA n.º 422/SC-5, de 21 FEV 1990 (Amparo a Conscritos Acidentados);

Portaria n. ° 02681/COSEMI, de 28 JUL 1992, modificada pela Portaria 03656/COSEMI, de 21 OUT 1994 (Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Alternativo - RLPSA);

Portaria n. ° 000073/COSEMI, de 13 JAN 1999 (Tributação dos Municípios e Dispensa de Tributação dos Institutos de Ensino destinados à formação de MFDV);

Portaria n. ° 01628/COSEMI, de 07 JUN 1983 (Instruções Gerais sobre o Serviço Militar de Brasileiros no Exterior - IGSME);

22 JUN 2001

ICA 33-14

Portaria DIRAP n. ° 1.650/DSM, de 17 SET 1986, alterada pela portaria n. ° 245/DSM, de 29 JAN 1991 (Instruções para Cadastro e Controle da Reserva da Aeronáutica - NSMA 33-3).

Portaria DIRAP n. ° 728/DSM, de 19 MAR 1999 (ICC/2000).

## 2. ALISTAMENTO

2.1 O Alistamento na Aeronáutica é especial, sujeito ao poder criterioso dos órgãos competentes, facultando-o à apreciação dos aspectos de interesse exclusivo da Força Aérea.

2.2 Serão alistados pelas Juntas de Alistamento Militar da Aeronáutica (J.A.Aer), em 2002, os residentes em municípios tributários, pertencentes à classe de 1984 e os das classes anteriores, ainda em débito com o serviço militar.

Obs. Os brasileiros das classes anteriores, ainda em débito com o serviço militar, só poderão ser alistados em caráter excepcional, após autorização do SERMOB-7.

2.3 A J.A.Aer. da Base Aérea de Manaus, Seção Mobilizadora-71, alistarão, em princípio, os residentes nos municípios de: Manaus, São Gabriel da Cachoeira, Tabatinga, Eirunepé, Manicoré e Tefé.



2.8 A validade do CAM será prorrogada conforme o estabelecido no Art. 42, § 2º do RLSM.

2.9 SELEÇÃO DE TRIAGEM: Levando-se em consideração que a inspeção para Seleção de Triagem destina-se apenas a liberação dos notoriamente incapazes definitivos (incapaz "C"}, os componentes das J.A.Aer. devem envidar esforços para que só sejam encaminhados para a realização da inspeção mencionada os alistandos em que forem perceptíveis a falta de índices mínimos de aptidão, de acordo com as INSTRUÇÕES GERAIS PARA A INSPEÇÃO DE SAÚDE DE CONSCRITOS NAS FORÇAS ARMADAS (IGISC), Dec. N.º 703 de 22.DEZ.1992.

### 3 RECRUTAMENTO

#### 3.1. CONVOCAÇÃO

Ato pelo qual os brasileiros são chamados para prestação do Serviço Militar, quer inicial, quer sob outra forma ou fase.

#### 3.2 SELEÇÃO GERAL

Tem por finalidade a avaliação dos convocados, para o Serviço Militar Inicial, quanto aos aspectos físico, cultural, psicológico, moral e a experiência profissional, permitindo desta forma que sejam aproveitados de acordo com suas aptidões e as necessidades do Comando da Aeronáutica.

3.2.1 São convocados à Seleção Geral, os brasileiros:

3.2.2 A seleção dos conscritos é de responsabilidade das SMOB jurisdicionadas, na sua área de atuação, sob a coordenação do SERMOB-7.

3.2.3 O Serviço Regional de Saúde (SERSA), do Sétimo Comando Aéreo Regional, ao elaborar as instruções para a orientação dos trabalhos das Juntas de Inspeção de Saúde (JIS), em cumprimento ao previsto no item 11.7 das Instruções Gerais para a Inspeção de Saúde dos Conscritos das Forças Armadas (IGISC), aprovada pelo decreto n.º 60.822, de 07 JUN 1967, modificado pelos decretos n.º 63.078, de 05 AGO 1968, e n.º 703, de 22 DEZ 1992, deve levar em consideração os meios disponíveis, observando as normas gerais constantes no item 13 das IGISC, limitando os conscritos selecionados, dentro do número de vagas para incorporação, a realização dos exames de laboratório e radiológicos, a serem levados a efeito em Seleção Complementar.

3.2.3 A seleção para o Serviço Militar Inicial dos Médicos, Farmacêuticos e Dentistas é regulada em legislação específica.

3.2.4 O Médico, Farmacêutico e Dentista convocado, que apresentar, até 15 (quinze) dias antes da incorporação, declaração de que está cursando "residência médica" ou comprovar que está frequentando curso de pós-graduação ou similar, reconhecido pelo Conselho Federal de Educação, poderá, desde que a disponibilidade de MDF exceda às necessidades das Organizações Militares e a

d) MORAL - A pesquisa em Delegacias Especializadas, através dos órgãos competentes, deverá ser solicitada visando impedir a incorporação de conscritos com problemas de natureza policial ou de outros envolvimento, que os tornem incompatíveis com a vida militar (aviso ministerial reservado n.º 009/GM3, de 09 DEZ 1982.

Obs: Aspecto de capital importância a ser observado, será o de evitar a inclusão de indivíduos incompatíveis com a vida militar, para tal, deverá ser apresentado pelo conscrito, na fase da entrevista, da Seleção Geral, o Atestado de Bons Antecedentes emitido pela Delegacia do Menor.

e) EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL - Deve ser dada especial atenção para os conscritos possuidores de habilitações e /ou qualificações profissionais de interesse do Comando da Aeronáutica.

### 3.3 COMISSÃO DE SELEÇÃO (CS)

3.3.1 As comissões selecionarão os convocados para a incorporação, com destino às diversas Organizações Militares da área do COMAR-7.

3.3.2 São tipos de Comissões de Seleções:

a) Comissão de Seleção Fixa (CSF), destinada a selecio-

-Destacamento de Proteção ao Vôo de Tabatinga - CSV-1  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de São Gabriel da  
Cachoeira - CSV-1  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Eirunepé - CSV-1  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Manicoré - CSV-1  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Tefé - CSV-1  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Porto Velho - CSV-3  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Guajará-Mirim- CSV-3  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Vilhena - CSV-3  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Rio Branco - CSV-3  
-Destacamento de Proteção ao Vôo de Cruz. do Sul - CSV-3

3.3.8 As Comissões de Seleções serão compostas por militares lotados nas SMOB e nos órgãos de saúde das organizações militares da respectiva área; a Comissão de Seleção Volante 1 (CSV-1) também poderá ser composta por militares do efetivo do SERMOB-7 e SERSA-7

### 3.3.9 COMISSÃO DE SELEÇÃO ESPECIAL (CSE)

A Seleção dos MDF será feita por uma CSE, constituída por oficiais e praças da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a coordenação da Seção do Serviço Militar da 12ª Região Militar - SSMR-12.

## 3.4 SELEÇÃO COMPLEMENTAR

Aéreo Regional deverá remeter, para todas as OM dotadas de TDP, até os dias 05 OUT 2001 e 05 ABR 2002, os formulários de informações de necessidades, que deverão ser devolvidos, devidamente preenchidos, pelas OM, até os dias 20 NOV 2001 e 20 MAIO 2002, informando o efetivo numérico de soldados de segunda classe (S2), a previsão de licenciamento no período de 31 DEZ 2001 a 31 JAN 2002 e de 30 JUN 2002 a 31 JUL 2002, respectivamente, além de outros dados determinados pelo COMAR-7 (A-1), visando ao planejamento das 1ª e 2ª Incorporações, para prestação do Serviço Militar Inicial.

4.2 A Primeira Seção do Estado Maior (A-1) deverá, ainda, remeter, até 10 DEZ 2001 e 10 JUN 2002, para a DIRAP/DSM, os mapas de planejamento, respectivamente, das 1ª e 2ª Incorporações das OM da área de jurisdição do COMAR-7, informando, separadamente, o efetivo de soldados de segunda classe (S2), existente em 20 NOV 2001 e 20 MAIO 2002, a previsão de licenciamento no período de 31 DEZ 2001 a 31 JAN 2002 e de 30 JUN 2002 a 31 JUL 2002, além da previsão de claros e a compatibilização.

4.3 Concorrem à Incorporação, os convocados que, submetidos à Seleção Geral, forem julgados "aptos" e designados para a prestação do Serviço Militar Inicial.

4.4 Os Órgãos do Serviço Militar deverão orientar os designados às incorporações de 1ª e 2ª turmas para que se apresentem às OM Incorporadoras nos dias 25 JAN 2002 e 25 JUL 2002.

mesmo assim, atendendo às exigências regulamentares.

4.7 Os claros a serem computados para a incorporação são decorrentes dos licenciamentos e outros motivos, com o conseqüente desligamento dos Soldados de Segunda Classe(S2), ocorridos até o dia anterior à incorporação.

4.8 Através da Divisão do Serviço Militar (DSM), a Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) autorizará, até 28 DEZ 2001 e 28 JUN 2002, o número total de conscritos que deverão ser incorporados na área de jurisdição do COMAR-7, distribuídos por Unidade de Destino, para o recompletamento e renovação dos seus respectivos efetivos.

4.9 Por ocasião da distribuição, os conscritos destinados à localidade-sede deverão ser designados nominalmente, sendo observado o melhor aproveitamento de suas aptidões profissionais em prol das necessidades das diversas Organizações da Aeronáutica, localizadas na área do Sétimo Comando Aéreo Regional.

4.10 Os conscritos destinados às Unidades fora da localidade-sede deverão ser distribuídos, pela OM Incorporadora, obrigatoriamente, com as designações nominais.

4.11 Os OSM deverão orientar os designados às incorporações de 1ª e 2ª turmas para que se apresentem às OM Incorporadoras nos dias 25 JAN e 25 JUL 2002, respectivamente, os quais ficarão en-

- Destacamento de Proteção ao Vôo de Tabatinga;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de São Gabriel da Cachoeira;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Eirunepé;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Manicoré;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Tefé.
- b) Base Aérea de Boa Vista:
- Prefeitura de Aeronáutica de Boa Vista;
  - Primeiro Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Boa Vista.
- c) Base Aérea de Porto Velho:
- Prefeitura de Aeronáutica de Porto Velho;
  - Segundo Esquadrão do Terceiro Grupo de Aviação;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Porto Velho;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Guajará-Mirim;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Vilhena;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Rio Branco;
  - Destacamento de Proteção ao Vôo de Cruzeiro do Sul.

#### 4.15 CRITÉRIOS PARA INCORPORAÇÃO

Devem ser observados os seguintes critérios para os conscritos que desejarem incorporar para a prestação do Serviço Militar Inicial:

- Preferenciados

5.3 Para efeito de aplicação da legislação especial a que se refere o Art. 81, do RLSM e, para aplicação específica nos processos de Insubmissão, de acordo com o Art. 464 do CPPM e acórdão do Superior Tribunal Militar (STM), de 08 ABR 1983, dado a apelação n.º 43.624/5, o Insubmisso que se apresentar ou for capturado, deverá ficar detido, a partir da data de sua apresentação ou captura, tendo direito ao "Quartel" por menagem e sendo mandado à inspeção de saúde, para fins de justiça, ficando numa das seguintes condições:

a) julgado-se apto, deverá ser incorporado a contar da data de apresentação ou captura;

b) apresentando condições de incapacidade prevista para os conscritos em geral; ou seja incluído em um dos grupos B1, B2 ou C, será considerado incapaz definitivamente, sendo dispensado da Incorporação, ficando, em consequência, dispensado do processo e da inclusão. (Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 08 de ABR 1983, dado na Apelação nº43.624-5)

## 6. SITUAÇÃO DO REFRATÁRIO

6.1 O convocado que não se apresentar durante a época de seleção da sua classe ou que, tendo o feito, apresentar-se sem haver



de 2002.

7.3 Os Refratários não podem obter direito de Adiamento de Incorporação ou Matrícula, com o fim de se candidatarem à matrícula nas Escolas, Centros e Institutos, previstos no n.º 1, Art. 98, do RLSM.

7.4 Os requerimentos daqueles que adquirirem a situação de Arrimos de Família devem ser formulados de acordo com a portaria n.º 422/SDSM, de 13 JUN 1979 (IMA 33-2).

## 8 TRIBUTAÇÃO DE MUNICÍPIOS

8.1 São definidos pelo Plano Geral de Convocação para 2002, (PGC-2002) como tributários da Aeronáutica, na área do Sétimo Comando Aéreo Regional, os seguintes municípios:

a) no Estado do Acre:

- Cruzeiro do Sul ; e
- Rio Branco.

b) no Estado do Amazonas:

- Manaus;
- São Gabriel da Cachoeira
- Tabatinga.
- Firunepé

rio e que adquirirem a situação de "Arrimos de Família", poderão ser entregues em qualquer data, desde que estes procedam conforme o RLSM, § 1.º do Art. 43 e § 10 do Art. 105.

9.4 Até que se esgotem os modelos antigos dos CDI, os novos modelos, implantados a partir de 30 OUT 1984, deverão ser utilizados, apenas para atender aos conscritos incluídos no "Excesso de Contingente".

## 10 SERVIÇO ALTERNATIVO

10.1 O Serviço Alternativo ao Serviço Militar Obrigatório, consiste no exercício de atividades de caráter administrativo, assistencial, filantrópico ou produtivo, por aqueles que em tempo de paz, após alistados, alegarem imperativo de consciência, decorrente de crença religiosa ou convicção filosófica ou política para se eximirem de atividades de caráter essencialmente militar (Art.3º, do Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Militar).

10.2 De acordo com o § 7º, do Art. 15 do Regulamento da Lei de Prestação do Serviço Alternativo (RLPSA), poderá a qualquer tempo ser determinada a abertura de sindicância ou solicitação de documento que bem esclareça as convicções dos optantes.

10.3 O optante pelo Serviço Alternativo que renunciar a essa condição passará, automaticamente, a concorrer a primeira Se-

22 JUN 2001

ICA 33-14

dão não puder expressar-se convenientemente, a declaração será feita ``a rogo'', com testemunho de duas pessoas idôneas, perfeitamente identificadas e localizáveis. O CAM será devolvido ao alistando, com a anotação correspondente à recusa, válida por 02 (dois) anos.

## 11. PRESCRIÇÕES DIVERSAS

Conforme o que prescreve o Item 3 da ICA 33-2 de 20 MAR 2001 (INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES DE CONVOCAÇÃO PARA O SERVIÇO MILITAR INICIAL)

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1.VALIDADE: As presentes Instruções entram em vigor na data de sua publicação em Boletim Externo do Sétimo Comando Aéreo Regional.

12.2.DISTRIBUIÇÃO: Ao COMAR-7 (SERMOB-7) caberá a distribuição das presentes Instruções aos Órgãos abaixo, nas quantidades discriminadas:

- DIRAP(DSM).....02
- COMAR-7(Cmt.).....01
- (EM).....01
- (A-1).....01
- (2.6).....01

## ÍNDICE

ALISTAMENTO.....	6
CLASSE.....	6
DOCUMENTAÇÃO.....	6
ADIAMENTO E DISPENSA DE INCORPORAÇÃO.....	14
COMISSÃO DE SELEÇÃO.....	9
COMISSÃO DE SELEÇÃO FIXA .....	9
COMISSÃO DE SELEÇÃO VOLANTE.....	9
COMISSÃO DE SELEÇÃO ESPECIAL.....	10
CONVOCAÇÃO.....	7
CRITÉRIO PARA INCORPORAÇÃO.....	13
DISPOSIÇÕES FINAIS.....	17
VALIDADE.....	17
DISTRIBUIÇÃO.....	17
CASOS NÃO PERVISTOS.....	17

22 JUN 2001

ICA 33-14